

As representações sociais do Exército durante os motins policiais no Ceará¹

Carlos Eduardo Pereira FREITAS²
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

O artigo em questão tem como objetivo indicar quais são as representações sociais (Moscovici, 2007) do Exército Brasileiro durante os motins cearenses da Polícia Militar, ocorridos em 1997, 2011/2012 e 2020. Para isto, partimos dos conteúdos jornalísticos produzidos no jornal *Diário do Nordeste* no período dos motins e, a partir da palavra-chave “Exército”, observamos os termos que mais se repetem nas estruturas textuais. As palavras encontradas foram colocadas na plataforma *Google sheets* para observar vínculos e repetições que dariam subsídios a uma possível representação social da força armada. A análise aponta que o Exército é visto sob seus aspectos bélicos e masculinistas, mas possui diferentes representações quando recebe as funções da Polícia Militar, o que fortalece a noção de policização daquele (Valente, 2012).

PALAVRAS-CHAVE: Exército; Representação social; Motim; Jornalismo.

Introdução

As operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) autorizadas pela Presidência da República por meio de suas Forças Armadas (especialmente o Exército Brasileiro) são aplicadas há pelo menos 32 anos. Essas ações foram empregadas ainda que a legislação não houvesse garantido as balizas para seu emprego efetivo até 1999 e, definitivamente, em 2001³. As GLOs ocorrem quando as forças de segurança dos estados ou de determinados territórios não são suficientes para manter a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Apesar de terem sido pensadas para utilização em momentos extremos, um levantamento do Ministério da Defesa apontou o emprego de 145 GLOs entre 1992 e 2022, uma média de quase cinco operações por ano, o que demonstra um uso bastante recorrente deste instrumento legal. Quando observadas as motivações, os grandes

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, 24º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e-mail: cadufreitaass@gmail.com.

³ A Constituição Federal de 1988 prevê o emprego das Forças Armadas em GLOs, mas essas atividades só foram regulamentadas posteriormente: na Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, e no Decreto 3.897, de 24 de agosto de 2001. A GLO é decretada pelo presidente da República e pode atuar em territórios específicos, como municípios e estados ou áreas determinadas, como portos, rodovias e aeroportos, por exemplo.

fenômenos mobilizadores que têm provocado a decretação de uma GLO se relacionam com a segurança pública nos estados.

Conforme o documento, as GLOs ocorridas em decorrência de problemas na segurança pública direta dos estados concentram um montante representativo; ao todo, 33,8% dessas operações ocorreram por essas questões, como violência urbana (15,9%) ou durante motins policiais (17,9%)⁴.

Essa presença frequente das Forças Armadas, especialmente do Exército, suscita uma discussão dialógica que vem sendo travada por pesquisadores como Jorge Zaverucha e Júlia Valente. Apesar de o processo de militarização das polícias estar em constante evolução, também ocorre, conforme os pesquisadores, o que seria uma policização do Exército, fortalecida pelo emprego das GLOs. Assim “o Exército é utilizado como uma espécie de polícia nacional de reserva, numa inversão que distorce seus preceitos institucionais”⁵ (Valente, 2012, p. 214).

Este estudo pretende observar como é representado o Exército Brasileiro nas páginas do jornal cearense *Diário do Nordeste* durante os motins policiais ocorridos no Ceará em 1997, 2011 e 2020. Em todos eles, houve o emprego de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o que gerou a elaboração de reportagens e/ou notícias específicas sobre a chegada e a atuação dos agentes do Exército em território cearense. A análise visa a compreender quais as representações sociais que se dão sobre o Exército no jornal quando a força armada atua como “polícia nacional de reserva” em períodos de amotinamento. Antes da análise, contudo, serão apresentadas algumas relações entre Polícia Militar e Exército.

Polícia e Exército: conexões e afastamentos

O historiador Nelson Werneck Sodré demonstra, em seu livro *História Militar do Brasil*, que os motins fazem parte da cultura militar brasileira, uma vez que eles ocorrem desde o período colonial em estruturas militarizadas, como as Forças Armadas. O autor cita como exemplos a Revolução Pernambucana, a Revolta da Chibata, levantes

⁴ Aqui cabe explicar que entendemos os movimentos de levante policial como um motim e não como uma greve, como sugere o documento do Ministério da Defesa. Isso ocorre porque a própria Constituição Federal impede a realização de greve por parte de militares, e o crime de motim é caracterizado como crime militar pelo Código Penal Militar, de 1969.

⁵ Ressalta-se que a Constituição prevê justamente o oposto: polícias militares e corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército, além de responder diretamente ao governador do Estado (Brasil, 1988).

registrados no Maranhão e no Pará, além da própria Proclamação da República como motins militares (Sodré, 2010).

Sodré narra, inclusive, que o surgimento da Guarda Nacional — considerada a instituição máter da atual PM —, em 1831, ocorreu como uma forma de esvaziar o poder do Exército, que vinha organizando uma série de levantes e estava, segundo os latifundiários que dominavam o poder político naquele período, auxiliando “pautas de esquerda”. Desta forma, a Guarda Nacional seria um “tampão político e contrapeso às tropas regulares, cuja duvidosa fidelidade estava sendo demonstrada pela atitude que não raro assumiam de solidariedade com o povo revoltado” (Sodré, 2010, p. 136).

Os motins, contudo, não ficaram restritos ao período colonial e ao Exército Brasileiro. Uma pesquisa realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), aponta a deflagração de 52 motins policiais entre 1997 e 2017 no País. Além desses, foram registradas, até 2020, revoltas no Ceará, no Espírito Santo e na Bahia.

A característica de amotinamento militar não é obviamente a única que aproxima as culturas do Exército e da Polícia. Ainda que a própria Constituição classifique PM e Exército como estruturas que se organizam tendo como base a hierarquia e a disciplina, é no estudo antropológico de Leirner (1997) que fica clara a importância desse bipé na caserna. De acordo com o autor, a hierarquia é considerada como um norte para toda a instituição militar, já que a organização das patentes persiste desde a colônia no Brasil (generais a soldados), mantendo sua estrutura de origem, o que garante a existência da hierarquia como um “conteúdo original”, capaz de ser tomada como um princípio da constituição da própria força (Leirner, 1997, p. 59-60).

Para o antropólogo, a hierarquia atua como um princípio único e segmentador, pois ao mesmo tempo que funciona para todas as patentes, divide os indivíduos de diversas formas⁶. Já a disciplina, em linhas gerais, serviria como princípio para cumprir a hierarquia, ou seja, a primeira seria um meio para atingir a segunda. Essa fórmula, conforme Rolim (2006, p. 30, *apud* Valente, 2012, p. 206), “foi, em geral, vista como um modelo a ser imitado, o que assegurou uma formação ‘militar’ ou ‘paramilitar’ para muitas polícias no mundo”, assim como ocorreu no Brasil.

⁶ Leirner (1997, p. 87) aponta, ao menos, quatro formas de segmentação da estrutura militar: pelas patentes, de forma piramidal; pelos círculos hierárquicos formados; pela distinção entre liderança/comando; de pessoa a pessoa, na antiguidade.

Consideramos aqui que, se a Polícia Militar e as Forças Armadas possuem similitudes, elas existem especialmente por causa do aspecto militar internalizado em ambas e tudo o que ele traz consigo, como a estrutura hierárquica (pressuposta pela disciplina) e a capacidade de realização de motins como forma de tensionar o poder político civil em função do militar. Cabe aqui ainda ressaltar divergências profundas em suas identidades corporativas que podem apontar para visões e representações distintas nesses momentos de amotinamento.

Uma das principais distinções entre elas está no uso da força física. Enquanto o Exército atua com foco na força máxima, tendo como norte a execução do inimigo; a polícia, por ser um órgão que atua com a população, deve atuar com a força mínima, considerando direitos individuais (Brodeur, 2004, p. 482-483). Muniz e Paes-Machado (2010, p. 440) lembram a importância de considerar a Polícia como uma instituição particular, que atua como um dispositivo de dominação do Estado e, além de ter a capacidade de garantir direitos, “é um meio de força orientado por fins coletivos e atravessado por seus interesses corporativos”. Ou seja, é preciso compreender a Polícia também como uma instituição complexa, a qual possui diferentes formas de significar/representar a depender de como/onde ela é observada.

Mas o que acontece quando o Exército passa a ter como função primordial a segurança pública quando a própria Polícia não atua? Ainda que as Forças Armadas tenham sido utilizadas diversas vezes com esse fim, ficou demonstrado aqui que, apesar de certas similaridades, as divergências também são relevantes para determinada atuação. Valente (2012, p. 214) acredita que as competências das duas forças acabam se mesclando cada vez mais, “ao mesmo tempo em que aumentam as possibilidades do uso excessivo da força, considerando o despreparo e a inadequação das Forças Armadas para lidar com questões desse gênero [de segurança pública]”. Por isso, identificar as formas como o Exército é representado no jornalismo pode ajudar a compreender se há essa conexão e quais os instrumentos utilizados para fazê-la ou refutá-la.

Representação social e a mídia

Não se pode falar de representações sociais sem partir do pensamento do psicólogo social romeno Serge Moscovici. Foi a partir das leituras que ele realizou considerando esse fenômeno como uma forma de construção da realidade que foi

possível uma série de outros estudos com influência nos campos das ciências sociais, como a sociologia, a antropologia e a comunicação. É inclusive por meio da comunicação que a representação social se assenta, segundo Moscovici, possibilitando não só a compreensão de determinado objeto/indivíduo/instituição, mas compartilhando, ou seja, dando representação a algo construído individual e coletivamente. Desta forma, a representação não é fruto apenas do psicológico, mas também do social.

Compreendendo as representações sociais como um fenômeno, Moscovici (2007, p. 46), considera que elas “devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”. Essa comunicação que atua de forma dialógica com as próprias representações se dá, conforme o autor, por meio da linguagem, a qual relaciona aspectos reais/concretos com as abstrações criadas para possibilitar determinada representação social. Para Moscovici, em linhas gerais, “a finalidade de todas as representações é tornar familiar algo não-familiar” (2007, p. 54), pois, uma vez que a familiarização favorece aspectos mnemônicos, imagéticos e prévios, é possível imaginar que representações outras já existiam e competem com as possíveis novas remodelações.

De acordo com o psicólogo social, para realizar o processo de familiarização, há a utilização de dois mecanismos: a *ancoragem* e a *objetivação*. Moscovici explica que a ancoragem é a reunião do ato de classificar e dar nome, transformando o estranho em algo palpável, por isso a memória e as imagens anteriores que circulam na sociedade são fundamentais no processo de familiarização e, por conseguinte, na construção da representação social. Segundo Moscovici (2007, p. 64) “se é verdade que nós classificamos e julgamos as pessoas e coisas comparando-os com um protótipo, então nós, inevitavelmente, estamos inclinados a perceber e a selecionar aquelas características que são mais representativas desse protótipo”. Já a objetivação pode ser compreendida como o ato de construir uma imagem do objeto/indivíduo/instituição em processo de representação e transformá-la em real, assim ela “une a ideia de não-familiaridade com a de realidade” (2007, p. 71).

O antropólogo francês François Laplantine investigou o sistema de representação social de doenças a partir de uma pesquisa sobre resultados terapêuticos em integrantes da umbanda, no Brasil. No seu texto, o autor avalia que, além de a

representação se articular entre o individual e o social (fortalecendo a tese de Moscovici), ela possui três campos possíveis de investigação: conhecimento (um saber que não duvida de si mesmo); valor (um saber que promove avaliação); e instrumento de ação (um saber que promove ação) (Laplantine, 2001, p. 241-242).

Para o autor francês, a representação social:

É o encontro de uma experiência individual e de modelos sociais num modo de apreensão particular do real: o da imagem-crença, que, contrariamente ao conceito e à teoria que é sua racionalização secundária, sempre tem uma tonalidade afetiva e uma carga irracional (Laplantine, 2001, p. 242).

Assim, Laplantine considera a questão emocional e afetiva como parte integrante do processo de representação social, considerando-a não apenas como uma forma de construção da realidade, mas também um saber “que os indivíduos de uma dada sociedade ou de um grupo social elaboram acerca de um segmento de sua existência ou de toda a sua existência” (Laplantine, 2001, p. 242).

Se a representação social pode ser considerada como uma forma de conhecimento, uma construção da realidade ou um instrumento de ação, o jornalismo, com características que se relacionam igualmente desta forma, também pode ser considerado como uma forma de representação social dos jornalistas sobre determinado objeto/indivíduo/acontecimento. Champagne (2008, p. 64) afirma que “a mídia age sobre o momento e fabrica coletivamente uma representação social” a qual, independentemente da posição de compreensão da realidade em si, reforça “interpretações espontâneas e mobiliza, portanto, os prejulgamentos”.

Patrick Champagne considera que a mídia não só faz parte da própria realidade, mas “produz efeitos de realidade criando uma visão mediática da realidade que contribui para criar a realidade que ela pretende descrever” (2008, p. 75). Essa visão dialética, expressa o autor, tem o objetivo de tornar algo “publicamente reconhecido” para que o poder político considere-o como algo importante.

Partindo das contribuições de Champagne, Porto (2009, p.213-214) acredita que a teoria das representações sociais pode ajudar na compreensão da mídia e do sentido das suas narrativas que chegam às pessoas através dos textos jornalísticos. A pesquisadora avalia que as mídias “constituem, nas modernas democracias contemporâneas, um dos principais produtores de representações sociais, as quais, para

além de seu conteúdo como falso ou verdadeiro, têm função pragmática como orientadoras de condutas dos atores sociais” (Porto, 2009, p. 211).

O referencial teórico-metodológico supracitado nos indica que os jornais impressos, que pautaram o emprego do Exército Brasileiro em ações de segurança pública durante os motins da Polícia Militar no Ceará, foram capazes de realizar operações de representação social da força armada em suas páginas. Como pressupõe a teoria indicada por Moscovici, as representações sociais realizadas pelos jornalistas são um movimento particular e coletivo que foi movido por um processo de ancoragem e objetivação, considerando uma série de elementos anteriores já em circulação na sociedade.

Metodologia

A análise dos conteúdos jornalísticos publicados no jornal *Diário do Nordeste*, referentes especificamente ao período em que aconteceram os três motins policiais militares tem como ponto de partida um corpus de páginas impressas que compreende a data de início e fim desses eventos. São elas: de 30 de junho a 1º de julho de 1997; de 30 de dezembro de 2011 a 5 de janeiro de 2012; e de 19 de fevereiro a 3 de março de 2020.

Durante esses períodos, foram observadas em quais dessas páginas havia especificamente o uso do termo “Exército”, sendo esta a palavra-chave para que tal conteúdo jornalístico fosse considerado para análise. Ao todo, foi identificada a presença da palavra guarda-chuva nos seguintes textos: de 1997 (4 notícias, 1 chamada e 1 box); de 2011/2012 (12 notícias, 1 arte, 1 quadro e 1 nota); de 2020 (13 notícias/reportagens e 1 gráfico).

Para realizar esse procedimento, recorreremos a elementos da análise de conteúdo, pois ela “cumprir com os requisitos de sistematicidade e confiabilidade” (Fonseca Junior, 2006), uma vez que dispõe de três principais características: orientação empírica, exploratória e vinculada a fenômenos reais com finalidade preditiva; transcendência do conteúdo, para possibilidade de analisar mensagem, canal e outras características; além de poder usar metodologia própria (Fonseca Junior, 2006).

Com isso, passamos a observar quais palavras (especialmente verbos, substantivos e adjetivos, ou seja, estruturas que colaboram diretamente na significação

de um termo como “Exército”) e quantas delas aparecem com maior frequência em cada um dos conteúdos jornalísticos a fim de compreender como se dá a representação social do Exército no *Diário do Nordeste* em cada um dos motins cearenses. Acreditamos que as palavras mais proeminentes podem expressar uma representação social dos jornalistas em cada um dos motins, levando em consideração o contexto e o histórico como parte integrante dessa representação social, bem como o caráter individual e coletivo ali estabelecido.

É importante ressaltar que a quantidade de usos da palavra “Exército” não será considerada para este artigo, uma vez que ela é o guarda-chuva para os termos que interessam à pesquisa. A análise das palavras correlatas foi feita de forma manual com a inclusão individual de cada uma delas na plataforma *Google Sheets*, que auxilia na soma das palavras encontradas a partir da ferramenta “=sum”. Assim, foi possível chegar a **59 palavras** diferentes relacionadas à palavra “Exército” nos conteúdos sobre o motim de 1997; **161 palavras** em 2011/2012; e **266 palavras** em 2020. As palavras foram agrupadas como termos de significação única ou como grupo de palavras que se relacionam a partir do seu radical. Algumas delas, como mostraremos a seguir, se repetem, e outras fazem parte do léxico de apenas alguns dos motins ou praticamente desaparecem em outros.

Análise dos conteúdos jornalísticos

Para ser possível compreender como o Exército é representado socialmente ao longo dos três motins policiais cearenses, faremos a análise de cada cobertura partindo das palavras que mais se relacionam a partir de um grupo de termos. Para tanto, dividiremos por motim e apresentaremos em um quadro as 10 palavras ou grupo de palavras que, relacionados à palavra guarda-chuva, foram as mais utilizadas pelos jornalistas dentro dos critérios estabelecidos na metodologia.

Quadro 1: repetições de palavras nos conteúdos de 1997

Palavra	Quantidade
segurança	7
homens	6

tropa(s)	4
polícia/policiais/policiamento	4
fuzis/fuzileiros	4
ruas	4
convocado/convocação	3
controle	3
distúrbios	3
presidente	3

Fonte: elaboração própria a partir das produções jornalísticas

A partir desses termos e dos outros 49 encontrados nas construções dos textos jornalísticos, observa-se que a representação social do Exército nas páginas sobre o motim de 1997 se assenta em três principais questões. A primeira delas leva a considerar que o Exército é uma corporação impossibilitada de agir sozinha, uma vez que ele é *convocado*⁷ por representantes políticos, como o *presidente* da República, o qual é responsável pela *autorização* do seu *emprego*. É possível observar a presença frequente de atores políticos junto às estruturas textuais, como o *governador* do Estado e, também, o *general* que, apesar de ser militar, ocupa um cargo de gestão e, por conseguinte, igualmente é político.

Um segundo ponto observado a partir do léxico desses textos é a representação bélica e masculina que se tem do Exército. Nos textos, a palavra *homens* é paulatinamente utilizada como substituta de *soldados* (que só aparece uma vez em 1997 relacionada ao Exército com a designação de agentes desta força armada), o que demonstra uma masculinização do militarismo do Exército e uma representação de que a corporação é formada unicamente por pessoas do sexo masculino. A belicosidade, que também se relaciona diretamente com o militarismo e o masculinismo, evidencia-se com a utilização frequente de termos como *fuzis*, *operação*, *controle*, *escudos*, *comboio* e *tropas*. Isso representa não apenas uma construção social de luta contra um determinado inimigo, mas expressa a noção de *guerra* a ser enfrentada nas ruas

⁷ A partir deste termo, o itálico será usado como marcação de palavras ou grupo de palavras que foram relacionados à palavra-chave “Exército” nos conteúdos jornalísticos, como apresentação variada do léxico identificado.

cearenses, ainda que o Exército Brasileiro tenha histórico de não participar de grandes guerras (a última foi a do Paraguai, entre 1864 e 1870). De uma certa forma, há o deslocamento dessa característica familiar de instituições militares serem bélicas, ainda que a sua atuação se dê frente a situações cotidianas.

Por último, o Exército também é apresentado como uma *força* que deve *ajudar* no *policimento* das *ruas* de Fortaleza durante o motim. Portanto, a força armada seria, de fato, auxiliar daquela polícia que não resolveu aderir ao motim, com o intuito de, em acréscimo, promover a *proteção* da população. O Exército é visto como uma instituição que não atuaria sozinha, pois aparentemente não teria competência de organizar a segurança pública estadual. Aqui, o nível de policização se mantém na adição de *efetivo* a partir dos soldados federais, com a pressuposição de fortalecimento do poder do Estado frente aos amotinados.

Quadro 2: repetições de palavras nos conteúdos de 2011/2012

Palavra	Quantidade
tropa(s)	36
militar(es)	26
federal(is)	22
comando/comandante	16
homens	15
segurança	15
reforço	13
controle	11
força	10
efetivo	10

Fonte: elaboração própria a partir das produções jornalísticas

Nos textos de 2011/2012, percebe-se uma representação social do Exército ainda mais militarizada, a qual se mantém durante toda a cobertura, como se essa fosse a característica de maior visibilidade da corporação, ou seja, aquela que mais aparece nas construções textuais. Para realçar essa visão, são utilizadas palavras como *tropas*,

comando, forças, militar e até blindados. Ressaltamos aqui a continuidade da ideia de masculinização da força armada a partir da utilização contínua do termo *homens* (15 vezes), em substituição direta a *soldados* (5 vezes). Esse movimento sinonímico novamente invisibiliza mulheres em funções militares no Exército, pressupondo que a força é formada apenas por pessoas do sexo masculino.

A utilização frequente do termo *tropas*, vinculado principalmente a *federais*, demonstra a vinculação do *comando* do Exército ao Governo Federal. Diferentemente do primeiro motim, há uma noção de *substituição* do poder da polícia, possibilitando que o Exército fosse ao Ceará quando a Polícia Militar resolveu se rebelar. A utilização da palavra *reforço*, ironicamente, não tem, durante a cobertura jornalística, sentido de acréscimo, mas de “dar força” à *segurança* pública e/ou mantê-la sob *controle*, já que ela está em situação de *necessidade* pela ausência dos policiais militares nas *ruas*.

Além disso, um conjunto de termos também demonstra uma categoria que relaciona ações de inteligência realizadas pelo Exército. Essas palavras sugerem que a força armada é capaz de realizar *planejamento* de *segurança* pública, por meio de *vigilância* e *estudo*, *traçando operações* a partir de *reuniões* com um *objetivo* específico, que é o *policciamento ostensivo*. Desta forma, o Exército é representado como uma instituição com um papel mais ativo e negociador, participando de decisões políticas que influenciam na segurança pública e no próprio motim policial. Observamos que, em decorrência disso, a policização do Exército é representada de forma mais ampliada, pois, além de atuar nas *ruas* e *praças* da *capital* (policciamento ostensivo), como ampliação do seu terreno de atuação, passou a cobrir funções de vigilância e planejamento (policciamento preventivo).

Quadro 3: repetições de palavras nos conteúdos de 2020

Palavra	Quantidade
operação(ões)	24
atuação/atuar	23
forças	21
GLO	21
tropas	20

segurança	20
comando/comandante	20
homens	19
militares	18
armadas	16

Fonte: elaboração própria a partir das produções jornalísticas

Nos conteúdos jornalísticos sobre o motim de 2020, é possível observar uma vinculação direta das atividades do Exército à legislação, uma vez que só seria possível essa *atuação* (termo empregado demasiadamente na cobertura) por causa do *decreto* de Garantia da Lei e da Ordem (*GLO*). É interessante observar que esse instrumento legal só é citado nesta cobertura, o que parece ter sido fundamental para dar base às *atividades* da força armada neste momento. Os outros motins parecem nem ter requerido essa decretação, pois só se atrelava a autorização ao presidente da República.

Com o acréscimo desse instrumento legal, há também uma reiterada utilização do termo *presidente*, como substituição a governo federal, num claro movimento de personalização da figura do Executivo nacional. Aliados à figura presidencial, podemos observar verbos como *autorizar* e *decidir*. Continua, assim como nas coberturas dos outros motins, a representação masculinista do Exército nas páginas, pela sinonímia dos termos *soldados* e *homens*, como já explicitado anteriormente.

A representação social do Exército parece ganhar mais aspectos policiais frente aos militares que já dispunha. A noção de que a força armada passou a atuar de forma mais operacional, passando mais objetivamente a ser vista como uma instituição que realizasse policiamento preventivo durante o motim de 2011/2012, ganha contexto mais contemporâneo com a inclusão da tomada de decisões tendo como base *dados* e *informações*. A estratégia não é apenas agir de forma reativa à *criminalidade* ou prevenir possíveis *crimes*, mas orientar as decisões de *policiamento ostensivo* e *patrulhamento* com vistas à *redução* dos *números* criminais. A *atuação* do Exército, inclusive, ganha mais léxicos relacionados ao cotidiano na cidade; além de *ruas*, *capital* e *população* (termos que já aparecem nas coberturas anteriores), observamos a inclusão de *bairros*, *urbano* e *vias*.

Além disso, o Exército também é representado como uma instituição que, por agir legalmente no *comando* da segurança pública, é *responsável* por suas próprias *ações*, então a corporação deve ser cobrada por tais *atividades*. É neste contexto que o processo de representação social da policização do Exército parece atingir seu nível máximo. Os textos jornalísticos expressam uma alteração da estrutura de *comando* da Polícia Militar a partir da inclusão de gestores do Exército. A missão deles seria, a partir de um *reforço necessário* para organização das *tropas* que não aderiram ao motim, *coordenar* os trabalhos na segurança pública. Assim, podemos considerar que a representação social observada é que a força armada atinge o nível de *gerência* da segurança pública, administrando não só o policiamento ostensivo e preventivo, mas também definindo direcionamentos (baseados em dados) que impactam efetivamente em toda a gestão de segurança.

Considerações finais

Os referenciais teórico-metodológicos aliados à análise de palavras realizada neste artigo nos permite inferir que há representações sociais convergentes e divergentes entre si sobre o Exército durante os três motins policiais cearenses refletidos nas páginas do jornal *Diário do Nordeste*. Se a questão bélica e masculinista atravessa os textos, dando à força armada essas características visíveis em suas estruturas, há manchas nas distinções entre Exército e Polícia Militar, que ficam em segundo plano quando a força federal assume as funções da estadual. As divergências de poder de fogo, explicitadas no que Brodeur (2004, p. 482-483) considera como uso da força mínima (pela Polícia) e da máxima (pelo Exército), não são aventadas de forma clara, o que facilita o processo de policização do Exército.

Observamos que há a representação social do Exército no exercício da função da Polícia Militar sofre adaptações em níveis distintos. Em 1997, as páginas jornalísticas expressam o Exército como auxiliar das polícias, aspecto muito provavelmente relacionado ao papel daquela força armada durante a ditadura militar, uma vez que o poder estava nas mãos do generalato. Além disso, como já citado, não havia legislação específica que determinasse o modo de atuação do Exército nesse tipo de conflito. Contextualmente, também vale lembrar que o Ceará foi apenas um dos 14 estados que

viveram motins policiais naquele ano; ou seja, já havia referências e discussões pregressas das atuações das polícias em outros estados brasileiros.

Já em 2011/2012, a representação social do Exército durante os motins é feita a partir da capacidade da força armada em substituir a Polícia Militar nas ruas, tanto no policiamento ostensivo, quanto no preventivo. Os conteúdos jornalísticos demonstram uma corporação que realiza atividades de patrulhamento por conta própria, já que os policiais não as fazem. Esse aspecto ganha força pela atuação do Exército nas negociações, capacitando o comando militar a atuar como ator político que pode influenciar nas tomadas de decisão.

Por fim, esse processo de policização do Exército parece ter alcançado seu auge na representação social que se faz nos conteúdos jornalísticos de 2020. Foi possível observar que o Exército altera a cadeia de comando da segurança pública durante o motim, adquirindo a possibilidade de atuar na gestão das forças estaduais e se consolidando como um ator político. Essa posição parece levá-lo à responsabilidade pela tomada de decisões na gestão da segurança, cuja orientação se dá por meio de dados e informações sensíveis, e a influenciar diretamente na resolução do motim em si.

Este artigo abre diversas frestas de pesquisa, especialmente no que tange à relação entre Polícia Militar e Exército nas páginas jornalísticas durante motins. Enquanto a GLO for um instrumento de alteração da estrutura de segurança pública de um território, é necessário que mais estudos sejam feitos no que diz respeito à representação social das Forças Armadas durante suas atividades policiais. Isso não diz respeito apenas à área da comunicação social, mas às ciências humanas no geral.

O artigo em questão também possibilita a observação inicial de indícios que possam auxiliar os estudos de representação social dessas forças a partir de profissionais da comunicação, uma vez que a mídia pode ser compreendida como um grande instrumento de representação social da realidade contemporânea (Porto, 2009, p. 211). Entrevistas com os profissionais também podem ajudar a compreender melhor como se dão os processos de representação social realizados por jornalistas.

Referências bibliográficas

CHAMPAGNE, Patrick. A visão mediática. BOURDIEU, Pierre et al. **A miséria do mundo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

COSTA, Vanda Ribeiro. **Com rancor e com afeto: rebeliões militares na década de 30.**

Ciências sociais hoje. Rio de Janeiro, Anpocs, 1985.

FONSECA JUNIOR, Wilson Corrêa da. Análise de conteúdo. DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2006. p.280-304.

LAPLANTINE, François. Antropologia dos sistemas de representações da doença: sobre algumas pesquisas desenvolvidas na França contemporânea reexaminadas à luz de uma experiência brasileira. JODELET, Denise. **As representações sociais.** Tradução de Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Ed. Uerj, 2001.

LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LIMA, Renato Sergio de; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Greve, motim e chantagem pelo poder. **Revista Piauí,** São Paulo, 20 fevereiro 2020. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/greve-motim-e-chantagem-pelo-poder/>>. Acesso em: 01 jul. 2023.

MAUSS, Marcel; DURKHEIM, Émile. Algumas formas primitivas de classificação. DURKHEIM, Émile. **Sociologia.** José Albertino Rodrigues (Org). 9. ed. Tradução de Laura Natal Rodrigues. São Paulo: Ática, 2000.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Ed. 5. Petrópolis: Vozes, 2007.

PLANILHA com dados históricos (atualizada em janeiro de 2022). Ministério da Defesa, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/2-tabelas-glo_atualizada_em_jan_22.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2024.

PORTO, Maria Stela Grossi. Mídia, segurança pública e representações sociais. **Tempo social, revista de Sociologia da USP.** São Paulo, v. 21, n. 2, p. 211-233, nov. 2009.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História militar do Brasil.** 2. ed. São Paulo: editora Expressão Popular, 2010.

VALENTE, Júlia Leite. “Polícia Militar” é um oxímoro: a militarização da segurança pública no Brasil. **Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP.** Marília, v. 10, p. 204-224, dez. 2012.